



ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

OS REPRESENTANTES ADUANEIROS
PORTUGUESES

BOLETIM N.º 21 | 2019



X ENCONTRO NACIONAL
ELEIÇÕES
NOVA SEDE



NOVO BANCO¹

Criar valor para as empresas. Esta é a nossa marca.

No NOVO BANCO os clientes sabem que podem contar com o conhecimento e a competência de uma equipa de gestores dedicados a levar a sua empresa ainda mais longe. Fale connosco e conheça um mundo de oportunidades para o seu negócio.

novobanco.pt

EDITORIAL



FERNANDA ARAÚJO
BASTONÁRIA ODO

Estimado(a) Colega

Agora que estamos a chegar ao final deste mandato, que como sabe foi de apenas dois anos, e também porque estamos a entrar na época natalícia, que é de típica introspeção, é importante fazer um balanço do trabalho realizado. Não posso fazer balanço, sem agradecer às pessoas que nos acompanharam. Assim, permita-me que agradeça:

- ao Nuno Braancamp, Presidente da Assembleia Representativa, pela cumplicidade, pelo respaldo, pela crítica;
- aos colaboradores da ODO, que foram inextinguíveis, sempre disponíveis, e sempre leais;
- aos restantes membros dos órgãos sociais, pela entrega, pela participação;
- a todos os Colegas que em nós depositaram a sua confiança;
- a todas outras pessoas (parceiros, fornecedores e outras entidades), pelo respeito e dignidade do trato;
- e, finalmente, ao “meu” CONSELHO DIRETIVO, pela disponibilidade, pelo debate, pelas discórdias e pelo compromisso intransigente de defesa dos interesses da ODO.

Entrando agora no balanço, pesando os sucessos e os insucessos, não posso deixar de registar um forte e profundo sentimento de dever cumprido. A tarefa foi inopinada, parecia (e era!) muito difícil, e acarretava uma pesada “herança”; todavia, é minha opinião que o trabalho realizado foi deveras meritório e que nos elevou acima das dificuldades. Na altura, pensou-se que a Classe estava adormecida, mas o nosso mandato provou o contrário, e consolidou as bases para um futuro que auguramos auspicioso para os Despachantes Oficiais.

Se é verdade que muito sacrifiquei a minha vida pessoal e profissional para melhor servir a Ordem, certo é que esta experiência me enriqueceu profundamente, e deu maior consciência do valor, por vezes ignorado, por vezes omitido, que deve ser dado a todos aqueles que trabalham diariamente para que a Ordem sirva os seus associados e cumpra a sua missão.

Agora que me despeço das funções de Bastonária, reafirmo o compromisso que continuarei, como sempre fiz, a colaborar com esta nossa casa, a quem responderei sempre presente, designadamente no momento em que a ambiguidade parece fazer carreira.

Recebam o(a)s Colegas os protestos da minha melhor consideração e, porque é a Época, Votos, extensivos a todas as Exmas. Famílias, de Feliz Natal.


Fernanda de S. L. Araújo



ÍNDICE

3	● EDITORIAL Fernanda da Silva Araújo
5	● ATIVIDADE NACIONAL <ul style="list-style-type: none">- Conselho Diretivo- Mudança de Sede- Congresso Assembleia Eleitoral- Curso de Atualização dos Despachantes Oficiais e seus Funcionários- Presenças e Representações- Assembleia Representativa- Protocolos- Homenagem à AGEPOR
13	● X ENCONTRO NACIONAL DOS DESPACHANTES OFICIAIS
27	● JUL – JANELA ÚNICA LOGÍSTICA
35	● ATIVIDADE INTERNACIONAL CONFIAD CLECAT
36	● ASSOCIADOS
41	● REFLETINDO Fernanda da Silva Araújo
42	● A FECHAR Agradecimentos

CONTACTOS


213 931 320
Fax 213 931 329


geral.lisboa@odo.pt


www.odo.pt


Avenida D. João II, 35 - 5.º
Edifício Infante - Parque das Nações
1990-083 Lisboa

ATIVIDADE NACIONAL

C O N S E L H O D I R E T I V O

Durante o corrente Mandato, revelou-se especialmente trabalhosa a atividade do Conselho Diretivo. Foram muitas as solicitações e pedidos de informações, de Portugal e do Estrangeiro, a maior parte manifestando a intenção de participar no Curso de Estágio e Acesso a Despachante Oficial organizado pela ODO, mas também solicitações de todo o Mundo de Despachantes Oficiais para importação de mercadorias e para processamento de mais atividades aduaneiras. A todos a ODO respondeu. A isso acresceram a comparência em reuniões, designadamente para Sessões de Simplificação de Procedimentos, as solicitações para estabelecimento de

Protocolos, a participação nas Reuniões das Comunidades Portuárias, os convites de várias Entidades para sessões de Formação e honoríficas, a comparência nas várias reuniões do Conselho Nacional das Ordens Profissionais. Além da normal gestão do expediente. Destaque-se ainda a intensa atividade desenvolvida na procura das instalações da nova Sede, sem custos de intermediação para a ODO, e os trabalhos de mudança, que obrigaram a constantes deslocações, sem esquecer o trabalho burocrático inerente. Não foram, claro, descuradas as habituais representações internacionais. Sentimos, em consciência, ter feito o possível.

PUB



MÁRIO JORGE[®]
Despachante Oficial

Competência | Celeridade | Dedicação



Mário Alexandre Alves Jorge - Despachante Oficial, Unipessoal Lda
Aeroporto Humberto Delgado, Terminal de Carga, Edifício 134
Gabinete 2217 • 1750-364 Lisboa • GPS N38°46'13" W09°08'42"
Tel. + 351 218 506 220 Fax + 351 218 506 229 Tm. + 351 917 635 137
www.mario-jorge.com mario.jorge@mario-jorge.com



ATIVIDADE NACIONAL



M U D A N Ç A D E S E D E

Nos termos do deliberado na Reunião da Assembleia Representativa de 31 de julho de 2018, e obtido o Acordo do Colega Presidente de Mesa da Assembleia Representativa e do Colega Presidente do Conselho Fiscal, o Conselho Diretivo deliberou mudar a Sede da Ordem dos Despachantes Oficiais para o Edifício Infante Expo, sito na Avenida João II, n.º 35, 1900-080 Lisboa. Para o efeito foram adquiridas as frações “M” e “N”, ambas no 5.º piso do referido imóvel.





PUB



Manuel e Pedro Amaral
Despachantes Oficiais, Lda.

Morada:
Rua da Manutenção, n.º 17 - 3.º dt.º
1900-318 Lisboa

Email: pedroamaral@mpamaral.com.pt

Tel. +351 21 865 04 40/48
Fax +351 21 865 04 49



ADRIANO GOMES PINHAL
DESPACHANTE OFICIAL

Avenida Mário Brito, n.º 3427 - 1.ºE
4455-495 Matosinhos

Tel. +351 229 998 800
Fax +351 229 998 806 www.agp.com.pt
Tlm. +351 933 351 531 adelinop@agp.com.pt



ATIVIDADE NACIONAL

C O N G R E S S O A S S E M B L E I A E L E I T O R A L

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 9.º do Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais, aprovado pela Lei n.º 112/2015, de 27 de agosto, foi convocado o Congresso da ODO destinado à realização da eleição dos Membros dos Órgãos Sociais da Ordem dos Despachantes Oficiais para o Quadriénio 2020 a 2023.

O Congresso da ODO funcionou como Assembleia Eleitoral e teve lugar na sua Sede em Lisboa, bem como na sua Secção no Porto, sitas, respetivamente, na Avenida João II, n.º 35, 5.º andar, em Lisboa, e na Avenida Mário Brito n.º 4142, 2.º andar, em Perafita, no dia 16 de dezembro de 2019, entre as 11 e as 19 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2020 a 2023

1. ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA
2. BASTONÁRIO;
3. CONSELHO DIRETIVO;
4. CONSELHO DEONTOLÓGICO;
5. CONSELHO FISCAL

Decorrido o prazo estatutário para a apresentação das Listas para a eleição dos Membros dos Órgãos Sociais da ODO, foram recebidas duas Listas, referenciadas, uma como LISTA A e outra como LISTA B, segundo a ordem das suas apresentações.

A LISTA A apresentou Candidatos exclusivamente a Membros do Conselho Fiscal:

CONSELHO FISCAL

Presidente

MARIA MADALENA DOS SANTOS
NOGUEIRA CARACOL

Vogal

IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA
BRANCO VASCO

R.O.C.

BRUNO MÁRCIO FONSECA CABRAL DA
TRINDADE

Suplente

EDUARDO MANUEL AMORIM DOS
SANTOS PEREIRA

A LISTA B apresentou Candidatos a Membros de todos os restantes Órgãos Sociais, designadamente, Assembleia Representativa, Bastonário, Conselho Diretivo e Conselho Deontológico.

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
NUNO MANUEL MORENO DE EÇA
BRAAMCAMP
MANUEL FERNANDO LOPES
PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
ANTÓNIO JOÃO FLORINDO CADETE

FERNANDO GONÇALVES DIAS
JOSÉ MANUEL DE LEMOS MARQUES
SOBREIRO
CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA
GRAÇA
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
CARLOS JORGE DOS SANTOS
RODRIGUES
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA
PINTO
MANUEL LIMA MONTEIRO
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
LUÍS JORGE XAVIER RIJO
LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS
ANTÓNIO MIGUEL DOS SANTOS
RODRIGUES FERNANDES
FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAR
AMARAL

Suplentes

JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA
PINTO DE OLIVEIRA
NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA
PINTO DE OLIVEIRA
ANDRÉ FILIPE SALVADOR DE SOUSA
RAQUEL SOFIA DE JESUS MONTEIRO
CARVALHO DA SILVA

BASTONÁRIO

MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE

CONSELHO DIRETIVO

Bastonário

MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE

Vice-Presidente

RICARDO JOSÉ NEVES DA SILVA

Vice-Presidente

ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO

Vogal

ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA

Vogal

PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA
LOPES SANTOS VICENTE

Suplente

PEDRO GIL FERREIRA LIMA

Suplente

PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA

CONSELHO DEONTOLÓGICO

Presidente

ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA

Vice-Presidente

ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA

Vice-Presidente

ÓSCAR CARNEIRO JALES

Vogal

ANTÓNIO MENDES DUARTE

Vogal

JAIME ANTÓNIO CAMACHO FERREIRA DE
CARVALHO

Suplente

DELFINO LEITE DA COSTA OLIVEIRA

Suplente

JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO

Decorrido o Ato Eleitoral, foi apurado o seguinte resultado:

Total de Votantes: 162

Lista A

Total de votos: 139

Votos nulos: 2

Votos válidos: 137

Lista B

Total de votos: 158

Votos nulos: 7

Votos válidos: 151

Foram eleitos os Candidatos das Listas A e B que se indicam:

ÓRGÃOS SOCIAIS

PARA O MANDATO DE 2020 / 2023

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
NUNO MANUEL MORENO DE EÇA
BRAAMCAMP
MANUEL FERNANDO LOPES
PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
ANTÓNIO JOÃO FLORINDO CADETE
FERNANDO GONÇALVES DIAS

JOSÉ MANUEL DE LEMOS MARQUES
SOBREIRO
CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA
GRAÇA
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
CARLOS JORGE DOS SANTOS
RODRIGUES
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA
PINTO
MANUEL LIMA MONTEIRO
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
LUÍS JORGE XAVIER RIJO
LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE
JESUS
ANTÓNIO MIGUEL DOS SANTOS
RODRIGUES FERNANDES
FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAR
AMARAL
Suplentes
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA
PINTO DE OLIVEIRA
NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA
PINTO DE OLIVEIRA

ANDRÉ FILIPE SALVADOR DE SOUSA
RAQUEL SOFIA DE JESUS MONTEIRO
CARVALHO DA SILVA

BASTONÁRIO
MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE

CONSELHO DIRETIVO
Bastonário
MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
Vice-Presidente
RICARDO JOSÉ NEVES DA SILVA
Vice-Presidente
ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO
Vogal
ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA
Vogal
PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA
LOPES SANTOS VICENTE
Suplente
PEDRO GIL FERREIRA LIMA
Suplente
PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA

CONSELHO DEONTOLÓGICO
Presidente
ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA

Vice-Presidente
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA
Vice-Presidente
ÓSCAR CARNEIRO JALES
Vogal
ANTÓNIO MENDES DUARTE
Vogal
JAIME ANTÓNIO CAMACHO FERREIRA DE
CARVALHO
Suplente
DELFIN LEITE DA COSTA OLIVEIRA
Suplente
JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO

CONSELHO FISCAL
Presidente
MARIA MADALENA DOS SANTOS
NOGUEIRA CARACOL
Vogal
IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA
BRANCO VASCO
R.O.C.
BRUNO MÁRCIO FONSECA CABRAL DA
TRINDADE
Suplente
EDUARDO MANUEL AMORIM DOS
SANTOS PEREIRA

PUB



NUNO BRAAMCAMP
DESPACHANTE OFICIAL
NA ALFÂNDEGA

Despachante Oficial na Alfândega - Sociedade Unipessoal Lda

Avenida 24 de Julho 52, 2ºDtº
1200-868 LISBOA

tel: 21 392 02 40
fax: 21 390 77 58
E-mail: braamcamp@braamcamp-desp.pt

Delegação do Aeroporto de Lisboa

Aeroporto de Lisboa
Terminal Carga - Edifício 134 - piso 1
Geb. 1235
1750-364 LISBOA

Delegação de Alverca

Alverca - Estrada Nacional 10 Km 127
Edifício Patletar, 2º - Geb. 4
2615 ALVERCA DO RIBATEJO

AEO

apcer
ISO 9001

ATIVIDADE NACIONAL

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DOS DESPACHANTES OFICIAIS E SEUS FUNCIONÁRIOS

Realiza-se habitualmente no último trimestre de cada ano o Curso acima referenciado que, como se compreende, é preparado com a devida antecedência.

Este ano, acabou por ser projetado para o último mês de 2019, por motivo de tudo quanto ocorreu com a mudança da Sede da nossa Ordem.

Acontece que, durante este mês não foi possível compatibilizar os horários dos Senhores Formadores convidados, sendo que vários Colegas e Formandos nos comunicaram também a sua indisponibilidade para frequentarem o Curso de Atualização, considerando a Quadra Natalícia.

Deliberou, assim, o Conselho Diretivo que o Curso terá início no próximo mês de janeiro, em dias a anunciar oportunamente, incidindo sobre as matérias constantes dos módulos abaixo e com os Senhores Formadores que também se indicam.

Módulo	Horas	Formadores	Formadores
		LISBOA	PORTO
Contencioso Aduaneiro Contraordenações Aduaneiras, Arbitragem	4	António Corte Real	António Corte Real
AT – Sistema Gestão Decisões Aduaneiras CDMS	4	Jorge Carvalho	Jorge Carvalho
Valor Aduaneiro e Origens Casos Práticos	4	Heitor Martins	Ricardo Marmelo
TRACES Procedimento / Documentos	4	Ana Veríssimo	Ana Veríssimo
Impostos Especiais Sobre o Consumo Recentes Alterações	4	Brigas Afonso	Carlos Vicente
Classificação Pautal - Formação Prática	4	Heitor Martins	Ricardo Marmelo
ISV – Automóveis	4	Brigas Afonso	Rui Nogueira
Comércio Internacional – Política Comercial da União Europeia / Incoterms	4	José Rijo	José Rijo
Regulamento REACH	4	Ricardo Marmelo	Ricardo Marmelo

PRESENCAS E REPRESENTAÇÕES

A Ordem dos Despachantes Oficiais, por si e em representação dos Despachantes Oficiais (que em algumas delas também estiveram presentes), compareceu nas realizações que sumariamente se referem:

- Fronteiras SMART para comércio, viagens e transporte sem descontinuidades
- Representação da ODO, no SITE
- Pós-Graduação em Gestão Aduaneira do Comércio Internacional
- Curso de Gestão Aduaneira
- Workshop Depositário SDS – Pombal
- Sessão de Trabalho - Porto Seco – Sines
- Sessão de Esclarecimento sobre Procedimentos de Transhipment no processo SDS
- Seminário AICEP – AIP: Acordo Comerciais da UE - Canadá, Coreia do Sul e Japão
- Sessão de Esclarecimento TRACES NT
- Reuniões dos Fóruns para a Simplificação de Procedimentos – Sines / Lisboa / Setúbal
- Congresso CIP 2019
- JUL Sines
- Conselho Geral CNOP
- CNOP- CG + Exma. Senhora Provedora de Justiça
- Reunião do CNOP com Presidente do Governo da RA e Presidente da AR
- Seminário Partilha de Boas Práticas na Gestão das Substâncias Perigosas
- Sessão sobre Profissões Liberais
- XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria - Porto
- VI Congresso dos Contabilistas Certificados – Lisboa
- Conselho Consultivo do ISCAP
- XIII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas
- Comemoração do 133.º Aniversário do ISCAP
- Apresentação do Ocean Campus - Lisboa
- Contrato de Concessão do Terminal de Contentores de Alcântara - Lisboa
- Apresentação do documentário Sines e o Mar - As Viagens de Vasco da Gama
- Meeting with the European Economic and Social Committee (EESC)
- CPC - IMO 2020
- Feira do Mar - Conferência Comércio Marítimo de Sines (Portugal) para o Mundo
- Seminário aberto AdC sobre Os facilitadores de cartéis - implicações dos acordos AC-Treuhand para a política de Concorrência
- Workshop - Exportadoras Outstanding - Leiria

PUB



ILDA MONTEIRO
Despachante Oficial

www.ildamonteiro.pt

Rua de Xabregas nº 2, Piso 2 - Sala 14 - 1900-440 Lisboa
Tel.: 218 623 836/7 - 218 680 311/12/13 | Fax: 218 623 838 | Tlm.: 919 662 961
gerencia@ildamonteiro.pt | geral@ildamonteiro.pt | financeira@ildamonteiro.pt



Construímos relações seguras

A S S E M B L E I A R E P R E S E N T A T I V A

Durante o corrente ano, e com a presença da quase totalidade dos seus Membros, a Assembleia Representativa da Ordem dos Despachantes Oficiais reuniu nas datas e com as Ordens de Trabalhos que a seguir se referem:

SESSÃO ORDINÁRIA - 27-03-2019

- Convocatória
- Relatório de Atividade
- Análise de Desvios (Rendimentos e Gastos)
- Análise de Desvios (Receitas e Despesas)
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais

- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Certificação Legal das Contas
- Relatório do Conselho Fiscal

SESSÃO ORDINÁRIA - 13-11-2019

- Convocatória
- Proposta de Orçamento - ano de 2020
- Demonstração de resultados
- Pressupostos
- Regulamento de Execução Financeira
- Plano de Atividades
- Parecer do Conselho Fiscal
- Ata n.º 15

PUB

PUB



ANTÓNIO CHAVEIRO
DESPACHANTES



**O SEU
DESPACHANTE
NA HORA CERTA**

CONSULTORIA COMÉRCIO INTERNACIONAL
DESALFANDEGAMENTO IMPORTAÇÃO / EXPORTAÇÃO
VIAS - AÉREA / MARÍTIMA / RODOVIÁRIA

Telf: 213 242 430
www.chaveirodespachantes.pt
antonio.chaveiro@chaveirodespachantes.pt



ALFREDO B. FONSECA DESPACHANTE OFICIAL, LDA.

ALFREDO BARBO DA FONSECA – AEO – PTAEOC20110031909
PEDRO ANTÓNIO MONTEIRO DA FONSECA – AEO – PTAEOC20140003909



Rua das Pedras Ribras, 123 - 4470-639 Moreira Mai – Portugal

Telf. 351 229 419 405/6 Fax. 351 229 428 901

E-mail: geral@abfdesp.mail.pt

Registada na Conservatória
do Registo Comercial do Porto n.º 39.991

Contribuinte – n.º 501 518 134
Estatuto de PME Líder 2012

ATIVIDADE NACIONAL



PROTOCOLOS

Durante o corrente ano, a Ordem dos Despachantes Oficiais acordou os seguintes Protocolos, com o entendimento e o objetivo de com eles melhor servir a nossa Atividade:

- EAD - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.
- SABSEG - Corretor de Seguros, S.A.
- HF Mediação de Seguros e Viagens, Lda.

H O M E N A G E M À A G E P O R

Na pessoa do seu Ilustre Presidente, Sr. Dr. Rui d'Orey, a Ordem dos Despachantes Oficiais presta homenagem à AGEPOR - Associação dos Agentes de Navegação de Portugal, pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo de 100 anos de associativismo dos Agentes de Navegação.

PUB

 **FERNANDA DA SILVA ARAÚJO**
Despachante Oficial, SP, Unipessoal, Lda



Avenida Mário Brito, 4142 – Salas 119 e 120
4455-491 Perafita - Freixo

Phone: +351 229 903 120
Fax: +351 229 968 652



ORDEM DOS
DESPACHANTES
OFICIAIS

OS REPRESENTANTES ADUANEIROS
PORTUGUESES

**X Encontro Nacional de
Despachantes Oficiais**

12 de outubro de 2019

– Os Representantes Aduaneiros Portugueses –



ENCONTRO NACIONAL



X ENCONTRO NACIONAL DOS DESPACHANTES OFICIAIS

O Grande Hotel da Figueira da Foz foi palco, no passado dia 12 de outubro, do X Encontro Nacional de Despachantes Oficiais. Uma vez mais, foram muitos os que participaram no evento, que abordou os temas que fazem a atualidade – e enformarão, seguramente, o futuro próximo – do setor. Foram vários os painéis de grande qualidade e muitas as intervenções interessadas e oportunas de membros da plateia. O X Encontro Nacional dos Despachantes Oficiais foi, pois, mais uma manifestação da vitalidade da Classe e da Ordem que a representa. A Colega Bastonária, Fernanda da Silva Araújo, saudou todos os Colegas e Convidados presentes, manifestando o seu agrado pela afluência dos Colegas a este Encontro, saudando especialmente os Colegas que se deslocaram

do Arquipélago dos Açores e um Colega do Arquipélago da Madeira. Formulou votos para que os trabalhos decorressem no sentido para o qual este Encontro foi convocado, por iniciativa do Conselho Diretivo e com a colaboração do Colega Presidente da Mesa da Assembleia Representativa, ficando a sua gestão a cargo dos Colegas Rui Casimiro e Eduardo Santos Pereira. O Colega Santos Pereira convidou à realização de um debate, moderado pelo Colega Dr. Fernando Carmo, com a participação dos convidados Dr. José Rijo, Dr. Bernardo Azevedo, Dra. Inês Gouveia e também o Dr. António Côrte-Real Neves, a que se seguiriam a intervenção dos Colegas presentes. Pelo Dr. António Côrte-Real foi analisado, detalhadamente, todo o percurso dos Estatutos da Ordem dos Despachantes Oficiais. Lembrou

que o mesmo resultou de um Projeto apresentado à Inspeção Geral das Finanças, por força do Regime jurídico de criação, organização e funcionamento das Associações Públicas Profissionais e que foi analisado por um grupo de trabalho por aquela Entidade constituído e onde se encontravam representadas todas as áreas de atividade, Troika incluída. Tal projeto, após as correções tidas por convenientes, foi apresentado à Assembleia da República, que o aprovou através da Lei 112/2015 que simultaneamente transformou a Câmara dos Despachantes Oficiais em Ordem e publicou o Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais. Com a demora da sua entrada em vigor, foi solicitada a intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que reconheceu



a existência de questões dos Atos Próprios constantes do Estatuto dos Despachantes Oficiais eventualmente em dissonância com a prática da atividade pelos Representantes Indiretos, tendo-se mostrado interessado em resolver a questão. Pelo seu sucessor foi solicitado parecer ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República e à Comissão Europeia, tendo a Autoridade da Concorrência solicitado à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a sua colaboração para a apreciação

das questões em apreço. Considerando o que “consta” do citado Regime Jurídico e da própria Constituição da República, considerou a Comissão que a criação de uma Associação Pública Profissional tem caráter excecional e só se justificaria quando estão em causa interesses do Estado. Todavia, não defendeu a necessidade de uma Associação Pública para a mesma, ignorando que cabe aos Estados Membros, nos termos do Código Aduaneiro Comunitário (art.º 18) estabelecer as respetivas regras. Referiu que o

Parecer da Comissão não tem caráter vinculativo. Foi, entretanto, elaborado um Projeto pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que pressupunha dois Regimes diferentes para a mesma profissão. Surgiu posteriormente um projeto da Autoridade da Concorrência, que propõe que as Ordens Profissionais têm apenas poderes Representativos, sendo os Poderes Regulatórios da competência de um Órgão Independente, não sendo necessário mais que um Despachante Oficial para



ENCONTRO NACIONAL



constituir uma sociedade profissional (já era – Sociedades Unipessoais), as sociedades profissionais passarão a ser multidisciplinares (já o são pelos atuais Estatutos), criando uma Lista de incompatibilidades para conceituar a multidisciplinaridade, propondo-se avaliar o regime dos atos exclusivos, e do fim da obrigatoriedade de um Despachante Oficial ser Gerente da Sociedade Profissional de Despachantes Oficiais. Em avaliação, a AdC analisa a obrigatoriedade de inscrição nas Ordens Profissionais. Tudo ponderado, pode admitir-se o

esvaziamento e até o fim da ODO. O Colega Fernando Carmo defendeu que a interpretação dos atuais Estatutos da Ordem dos Despachantes Oficiais é feita de má-fé pela Autoridade Tributária Aduaneira, uma vez que os mesmos foram pensados e escritos para abarcar todos os Representantes Aduaneiros. O Dr. Bernardo Azevedo, especialista em Direito Administrativo, defendeu que a regulação de uma profissão deve estar entregue a uma Ordem Profissional. Nada obsta a que seja permitido o acesso de todos ao exercício profissional, desde que

todos possuam os mesmos requisitos. Talvez se justifique a inclusão de uma norma nos Estatutos da ODO que clarifique que dela fazem parte os Representantes Aduaneiros. Nesta altura foi apresentada pelo Dr. Avelino Ribeiro a Diretiva (UE) 2018/958 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de junho de 2018, cuja transposição ao direito interno tem de ocorrer até 30 de julho de 2020, que expressamente estabelece que, preenchidos determinados requisitos relativos à organização da profissão, pode ser estabelecida a filiação obrigatória na associação



que a todos abranja. No seu entender, os Estatutos da ODO obedecem à Lei 2/2013 que estabelece o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

A Dra. Inês Gouveia, especialista em Direito da Concorrência, defendeu que as medidas previstas pela Autoridade da Concorrência para as Organizações Profissionais demonstram-se como que viradas para os “media”. Tentam assegurar a concorrência dos denominados “grandes consumidores”, não defendendo a sustentabilidade dos beneficiários dos serviços. Falta o balanceamento do interesse do Estado no que diz respeito à confiança, qualidade e certeza. A AdC juntamente com a ODO devem refletir seriamente no interesse público, principal objetivo das atividades. A eventual separação das funções Regulatórias e Representativas representa uma manifesta situação lesiva da concorrência.

Pelo Dr. José Rijo foi entendido que a situação atual se manifesta como uma verdadeira encruzilhada. É evidente que a AdC se demonstra claramente contra as Ordens Profissionais.

A atribuição, em tempos idos, à Ordem dos Despachantes Oficiais da Organização da atividade dos Despachantes Oficiais, constitui como que um presente envenenado. Percebe-se mal a questão que se discute sobre os “atos próprios”, uma vez que o art.º 18 do Regulamento Aduaneiro Comunitário permite que os Estados Membros regulem a

profissão como entenderem, desde que em obediência aos preceitos comunitários que aqui se não mostram ofendidos.

O Colega Rui Casimiro agradeceu publicamente, em nome do Conselho Diretivo, ao Dr. Avelino Ribeiro todo o seu trabalho, disponibilidade e colaboração que vem prestando à Ordem dos Despachantes Oficiais. Na oportunidade, foi lembrado o Colega Despachante Oficial Manuel Santos Pereira que, pelo seu caráter ímpoluto, fino trato, de esmerada educação, cordialidade e amizade com todos os Colegas, constitui um exemplo para todos os Colegas, que há muito devia ter sido reconhecido publicamente.

O Colega Roma Andrade manifestou-se referindo que tudo continua na mesma, sem qualquer alteração.

O Colega João Magalhães referiu o seu agrado pelos “painéis” que acabou de ouvir. A questão não pode permanecer, pelo que tem de se encarar de frente e decidir o que fazer.

O Colega António Chaveiro lembrou a necessidade das qualificações profissionais para o exercício da atividade.

O Colega Rui Ribeiro defendeu que é preciso valorizar a ODO, só a podendo integrar quem tenha sucesso no exame de avaliação. É preciso defender a “marca” ODO.

O Colega Santos Pereira, de forma precisa, como que fez um relatório do exercício do mandato do Conselho Diretivo que agora irá terminar. Esclareceu que se mais não fizeram foi porque não

puderam. Lembrou que o prédio da Rua Instituto Virgílio Machado após o deferimento e o pagamento mensal parcial, passou a receber uma renda de 16.500,00 € a partir de 1 de janeiro do corrente ano. Recebida uma proposta final de aquisição das Frações correspondentes aos 5.º e 6.º Pisos do Prédio onde está atualmente situada a Sede da ODO e aparcamento, pelo valor de 1.500.000,00 €, foi solicitada a convocação da Assembleia Representativa para apreciar a oferta, que aprovou, com a condição de se procurar obter um valor superior e com o produto da venda adquirir-se um edifício para Sede da ODO, por valor (que deverá ser inferior) e localização a aprovar pelo Colega Presidente da Mesa da Assembleia Representativa e do Conselho Fiscal. Nos termos deliberados, foi negociado novo preço que, com as sucessivas alterações da data da escritura, nas quais os promitentes compradores, aumentaram o preço e entregaram uma quantia como sinal, e o respetivo valor está fixado em 1.650.000,00 Euros, tendo a ODO já recebido 835.000,00 €, e estando a escritura designada para 9 de Dezembro próximo. Simultaneamente, foram visitados vários edifícios, para instalar a nova sede, tarefa que se revelou difícil, quer por condições técnicas quer pelo preço solicitado. Com o acordo do Colega Presidente da Assembleia Representativa e do Conselho Fiscal, o Conselho Diretivo adquiriu para instalação da sede, pelo valor de 1.130.000,00 €, as Frações “AM” e “AN” situadas no 5º



Piso, sita na Avenida D. João II nº 35 (Edifício Infante, no Parque das Nações), encontrando-se em fase de mudança de instalações.

Durante o corrente ano, o Conselho Diretivo revogou por acordo o contrato de trabalho com a Diretora Executiva, Dra. Cláudia Louzada, que pese embora o seu trato sem reparos, se sentiu que nunca se terá adaptado às funções que importava desempenhar.

Nesta altura está o Conselho Diretivo a diligenciar pela realização do Curso de Atualização dos Despachantes Oficiais e seus Funcionários por dificuldades de conclusão da adaptação das instalações da futura sede e dos horários dos Formadores, ainda não foi possível iniciar. Pelo Colega Rui Casimiro foi abordada a questão das alterações à regulamentação das Ordens Profissionais que a AdC se impõe propor.

A questão é evidentemente política e até consta do Programa do Governo. Ainda que algumas das alterações propostas constem já dos nossos Estatutos, outras são suscetíveis de proceder a alterações de fundo, quer no que respeita à Ordem, aos Despachantes Oficiais e às Sociedades Profissionais e forma de exercício profissional.

Considerando a sua reduzida dimensão, a ODO, no âmbito do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) de que é Membro, vem analisando esta questão que está em cima da mesa e interessa a todas as Ordens. O

trabalho agora apresentado pela AdC não é senão a reprodução do Relatório elaborado pela OCDE a quem aquela pediu a colaboração no estudo da organização das Ordens Profissionais.

O Colega Santos Pereira lembrou as declarações do Primeiro Ministro, durante a sua campanha eleitoral, onde referiu que as Ordens Profissionais são limitativas da obtenção dos empregos.

Foi anunciado que a CONFIAD constitui um lobby em Bruxelas no sentido de pugnar pela aplicação dos Standards de Competência e pela explicitação do constante do art. 18 do Código Aduaneiro Comunitário. O Colega Santos Pereira, aproveitou a oportunidade para agradecer ao Dr. Fernando Carmo, ao Dr. Avelino Ribeiro, ao Conselho Diretivo, ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deontológico pela colaboração prestada à Ordem dos Despachantes Oficiais.

Na Mesa constituída para o efeito, com o objetivo de analisar o futuro, o Colega Ricardo Silva defendeu ser essencial a manutenção da denominação Despachante Oficial que constitui uma marca por todos conhecida que, integrada de forma mais conveniente, deve dar prioridade à competência, à formação e estar sujeita às regras de boas práticas. Defendeu a eliminação das vinhetas e a prática de atuações alternativas. O importante é a figura do Despachante Oficial e não a sua integração. O Colega António Magalhães, referiu ter-se inscrito na Ordem dos

Despachantes Oficiais por acreditar na profissão. A ODO não pode abandonar o seu ativo. Importa que junto dos Membros do Governo se evidencie a atividade do Despachante Oficial, como essencial na prática das formalidades aduaneiras. As vinhetas no seu entender devem ser substituídas por práticas alternativas. É necessário desenvolver a publicidade, eventualmente com a utilização de “opinion-makers”, sempre com o apoio da Classe e sempre evidenciando a importância do Comércio Internacional. Entende que os Representantes Indiretos existentes se devem integrar imediatamente na ODO.

O Colega Nuno Braamcamp agradeceu ao Conselho Diretivo pelo seu bom trabalho a favor da Classe e aos demais Órgãos.

Refletiu sobre as intervenções dos Colegas António Magalhães e Ricardo Silva que, apresentando novas ideias, merecem uma profunda reflexão.

O Colega Dr. Fernando Carmo agradeceu a todos os Colegas que consigo trabalharam ao longo dos anos, ao serviço da Ordem dos Despachantes Oficiais.

Os Colegas João Magalhães, Nuno Braamcamp e Veiga Pires defenderam que a ODO deve unir-se, ir à luta e nunca desistir.

O Colega Rui Casimiro agradeceu ao Colega Santos Pereira a organização deste Encontro de que foi responsável.

Foi encerrado o Encontro. (Aceda ao Vídeo produzido-www.odo.pt-Eventos)



















JUL – JANELA ÚNICA LOGÍSTICA

Considerando a relevância do tema, aqui se reproduz o Diploma Legal que cria a JUL, de cuja Comissão Nacional para a Simplificação e Digitalização de Transportes e Logística faz parte a Ordem dos Despachantes Oficiais.

DECRETO-LEI N.º 158/2019
DE 22 DE OUTUBRO

Sumário: Cria a Janela Única Logística, transpondo a Diretiva n.º 2010/65/UE. O presente decreto-lei estabelece as condições de funcionamento e acesso à Janela Única Logística (JUL), bem como da respetiva governação, gestão e operação e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2010/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e ou à partida dos portos dos Estados-Membros, na redação que lhe foi conferida pela Diretiva (UE) 2017/2109, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017.

O Programa do XXI Governo Constitucional prevê a implementação da JUL, como uma extensão do sistema da Janela Única Portuária (JUP) atualmente em funcionamento em todos os portos nacionais, incluindo os portos das regiões autónomas, alargando-o aos meios de transporte terrestres, camião e comboio, em todos os portos portugueses e na ligação aos portos secos nacionais e transfronteiriços, potenciando significativos ganhos de competitividade.

Os portos e o transporte marítimo desempenham um papel fundamental nas relações socioeconómicas entre países ou regiões geográficas, com uma crescente importância nas cadeias logísticas globais. As alterações tecnológicas, com particular destaque para a contentorização da carga, tiveram e têm um impacto profundo no setor portuário, no transporte marítimo e na organização das cadeias logísticas globais, nos mais variados domínios. A crescente preocupação com as questões de segurança de pessoas e bens e com a proteção ambiental são, cada vez mais, fatores que desafiam os atores da cadeia logística a elevados padrões de eficiência e a uma maior integração dos níveis de negócio e tecnológico.

Nos portos e na logística, as novas tecnologias digitais, nomeadamente os sistemas de informação, desempenham um importante papel com a oferta de

soluções capazes de gerar ganhos de eficiência e fatores de diferenciação face a portos concorrentes e, por outro lado, apresentam-se como instrumentos estratégicos no auxílio da monitorização e na segurança do transporte marítimo de pessoas e mercadorias.

As administrações portuárias, em conjunto com as restantes autoridades presentes nos portos portugueses, têm uma forte tradição na utilização de sistemas de informação, designadamente no que respeita ao despacho eletrónico de navios e mercadorias. A entrada em funcionamento da JUP em 2008 foi um passo essencial, constituindo a ferramenta onde todos os parceiros, públicos e privados, envolvidos no negócio portuário efetuam, uma única vez, os seus atos declarativos, necessários à circulação de navios e mercadorias, implementando-se, pela primeira vez, o conceito de Janela Única.

Na administração marítima, foi implementado, em 2006, o sistema Vessel Traffic Service (VTS) do continente, o qual contemplou a criação da Base de Dados de Navegação Nacional que, por sua vez, permitiu o desenvolvimento da componente nacional do sistema SafeSeaNet respeitante à implementação da Diretiva 2002/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa à instituição de um sistema europeu de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, integrando a informação proveniente, nomeadamente, do posicionamento dos navios e dos atos declarativos efetuados nos portos através da JUP.

Em consonância com a política de criação de um espaço marítimo europeu sem barreiras, designadamente no que concerne à simplificação, harmonização e transmissão eletrónica da informação aplicável ao transporte marítimo, foi adotada a Diretiva 2010/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro, impondo uma obrigação generalizada de transmissão eletrónica da informação, a qual foi transposta pelo Decreto-Lei n.º 218/2012, de 9 de outubro. Dessa forma, os sistemas

SafeSeaNet, criados aos níveis europeu e nacional, devem, por um lado, permitir a receção, o intercâmbio e a distribuição de informações pelos sistemas de informação dos Estados-Membros relativos às atividades marítimas e, por outro, ser interoperáveis com outros sistemas da União Europeia para efeitos de formalidades declarativas, com vista a facilitar o transporte marítimo e a reduzir os encargos administrativos dos agentes intervenientes, enquanto simultaneamente potenciam a segurança e proteção marítima.

Com o Regulamento (UE) 2019/1239 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 junho de 2019 que estabelece um ambiente europeu de plataforma única para o setor marítimo e que revoga a Diretiva 2010/65/UE, foram estabelecidas as bases para a criação de um novo ambiente digital harmonizado nos Estados-Membros para receção de obrigações de declaração sempre que um navio entra ou sai de um porto.

Assim, o novo ambiente de janela única para o setor marítimo visa reunir, de uma forma coordenada e harmonizada, todas as formalidades de declaração associadas a uma escala de navio nos portos marítimos europeus. Este novo Regulamento inclui também disposições para melhorar a interoperabilidade e a interligação entre vários sistemas, permitindo assim a partilha e a reutilização dos dados em mais larga escala, incluindo a componente de intermodalidade e logística.

Neste contexto de evolução e forte digitalização, a implementação da JUL, prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro, que aprova a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026, está em linha com o referido Regulamento e permite alargar a filosofia de Janela Única ao transporte ferroviário e rodoviário e à logística, permitindo dar resposta ao objetivo preconizado de partilha de informação e integração do transporte marítimo com a intermodalidade e os pontos de concentração de carga no hinterland dos portos portugueses.

A revogação da Diretiva 2010/65/UE pelo referido Regulamento produz efeitos a partir de 15 de agosto de 2025, sendo necessário que, até essa data, se garanta que a diretiva em causa continua transposta no ordenamento jurídico nacional, o que é feito pelo presente decreto-lei.

De referir, ainda, que a JUL permitirá dar resposta às exigências da Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, a qual prevê que as autoridades públicas devem exigir apenas as informações de declaração essenciais e reduzir ao mínimo o número de itens, prevendo também que as condições locais poderão exigir informações específicas para garantir a segurança da navegação. Igualmente, a JUL será a ferramenta que permitirá dar cumprimento à iniciativa da Comissão Europeia designada de Electronic Freight Transport Information (EFTI), que visa a digitalização harmonizada da informação entre diferentes meios de transporte, nos processos e métodos de trabalho, bem como a necessidade de um único ponto de entrada nacional para a prestação dessa informação, numa lógica de intermodalidade. A EFTI acrescenta a necessidade de se garantir uma maior interoperabilidade entre todos os organismos do Estado envolvidos, bem como dos utilizadores privados destes sistemas.

Assim, com os objetivos de aumentar a eficiência das cadeias logísticas e as economias de escala entre os portos e os utilizadores, simplificar, harmonizar e desmaterializar procedimentos, maximizar a utilização das infraestruturas nacionais para o transporte de mercadorias, potenciar a intermodalidade e a utilização de transportes com maior sustentabilidade ambiental e de servir como plataforma tecnológica de suporte ao porto seco, é criada e estabelecida a JUL.

A JUL serve os propósitos fundamentais de funcionar como interligação intermodal na cadeia do transporte desde o nó porto, facilitando e distribuindo as facilidades a todos os intervenientes na referida cadeia, por forma a conseguir uma total visualização e integração em todas as operações que envolvem os portos nacionais, e dá cumprimento às iniciativas internacionais que se aplicam ao transporte marítimo, portos e intermodalidade, materializando-se, desta forma, em Portugal o conceito de Plataforma Única Marítima.

Sendo a JUL uma plataforma para todos os intervenientes na cadeia logística e dos transportes, incluindo as

autoridades nacionais com competências específicas nesse âmbito, o presente decreto-lei identifica os procedimentos obrigatoriamente suportados nesta plataforma. De igual forma, a JUL, sendo uma plataforma nacional, encontra-se disponível a todos os intervenientes e autoridades que, mesmo não estando diretamente relacionadas com o sector marítimo-portuário, apresentem um interesse justificado no acesso e na utilização da mesma.

A JUL, enquanto plataforma central nacional, está diretamente conectada aos sistemas de controlo e vigilância de tráfego marítimo da administração marítima e das autoridades portuárias, cuja informação se correlaciona e interliga para efeitos de programação, de segurança e proteção dos interesses nacionais. Acresce que, com vista à integração da informação marítima numa só plataforma, são interligados com a JUL todos os sistemas nacionais e internacionais cuja informação seja necessária para o funcionamento desta plataforma. Neste processo, foram considerados os requisitos informacionais dos formulários uniformizados pela Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional da Organização Marítima Internacional, adotada pela Conferência Internacional sobre a Facilitação das Viagens e Transportes Marítimos em 9 de abril de 1965, na sua atual redação, bem como do Regulamento Sanitário Internacional, adotado pela 58.ª Assembleia Mundial de Saúde em 23 de maio de 2005.

Importa ainda referir que a digitalização dos processos é uma prioridade para as funções de administração marítima, nas suas diversas vertentes, incluindo as atividades da pesca. Assim, a JUL irá igualmente ser utilizada para dar cumprimento a diversos processos formais, nomeadamente os previstos no Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias, de resíduos, de obrigações de reporte de mercadorias e de controlo do Estado de Porto, entre outros, estabelecendo-se assim, neste âmbito, como uma plataforma nacional que dará resposta às funções de autoridade de âmbito operacional do Estado, enquanto simultaneamente melhora e potencia o funcionamento do mercado interno, indo ao encontro das necessidades dos cidadãos e das empresas.

Na aplicação do disposto no presente decreto-lei devem ser consideradas e reutilizadas as infraestruturas tecnológicas existentes, através de mecanismos de interoperabilidade da

informação.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO

O presente decreto-lei estabelece as condições de funcionamento e acesso à Janela Única Logística (JUL), bem como da respetiva governação, gestão e operação, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2010/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e ou à partida dos portos dos Estados membros, na redação introduzida pela Diretiva (UE) 2017/2109, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017.

ARTIGO 2.º

JANELA ÚNICA LOGÍSTICA

1 - A JUL é o sistema especializado destinado a facilitar a transmissão eletrónica segura, entre as entidades envolvidas, das informações previstas em legislação internacional e da União Europeia, bem como na legislação nacional, que são fornecidas para os fins administrativos e operacionais necessários à movimentação dos meios de transporte, das mercadorias e das pessoas, através dos portos nacionais e das cadeias logísticas servidas, permitindo a gestão de diferentes fluxos de informação ao longo da cadeia de transporte, bem como a recolha unificada de atos declarativos.

2 - A JUL é composta pelo Modelo de Referência Nacional (MRN) e por uma plataforma tecnológica, os quais definem e suportam, respetivamente, os fluxos informacionais relativos às formalidades de declaração, ao planeamento, execução e monitorização das cadeias de transporte que usam os portos nacionais.

3 - A JUL permite a integração dos sistemas informáticos de suporte às operações das entidades envolvidas na intermodalidade e na implementação do conceito de Porto Seco, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 53/2019, de 17 de abril, permitindo igualmente suportar os procedimentos eletrónicos nacionais para cumprimento do ambiente de plataforma europeia para o setor marítimo.

ARTIGO 3.º**ÂMBITO**

1 - O presente decreto-lei aplica-se a todas as pessoas singulares e coletivas, públicas ou privadas, do foreland e do hinterland que participem ou intervenham, direta ou indiretamente, de qualquer forma, na gestão dos fluxos de informação, nas formalidades de declaração e nos procedimentos referidos nos números seguintes.

2 - A JUL é de utilização obrigatória para a apresentação das formalidades de declaração e para a gestão dos fluxos de informação associados ao planeamento, execução e monitorização da movimentação dos meios de transporte e das mercadorias entre os nós da cadeia de transporte que usem os portos nacionais para a entrada, saída ou transshipment no/do porto nacional, ou em qualquer circunstância pontual que requeira o uso de um porto nacional.

3 - A JUL é utilizada nas seguintes atividades:

- a) Transporte marítimo de pessoas e bens através dos portos nacionais;
- b) Transporte de mercadorias ao longo das cadeias logísticas que utilizem os portos nacionais;
- c) Serviços prestados ao navio e à carga nos portos comerciais e autorizações de trabalhos a bordo;
- d) Transporte de passageiros e mercadorias pela via marítima ou fluvial;
- e) Tráfego de cruzeiros e gestão de marinas e portos de recreio;
- f) Atividades marítimo-turísticas, incluindo a gestão do tráfego fluvial;
- g) Serviços prestados nos portos de pesca, incluindo os relativos à exportação e importação de pescado;
- h) Gestão e fiscalização dos certificados digitais dos meios de transporte e mercadorias.

4 - A JUL é ainda utilizada na execução das formalidades de declaração e dos procedimentos associados ao controlo de fronteira nas zonas internacionais inseridas nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias.

5 - Estão abrangidos pelo presente decreto-lei os navios e as embarcações sujeitos às formalidades de declaração previstas em legislação especial.

6 - O disposto nos números anteriores aplica-se sem prejuízo das disposições específicas do domínio aduaneiro constantes do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013, que estabelece o Código Aduaneiro da União, bem como de outras disposições específicas no âmbito da atividade das restantes autoridades envolvidas.

ARTIGO 4.º**DEFINIÇÕES**

Para efeitos do disposto no presente decreto-lei, considera-se:

- a) «Camada local», conjunto de serviços baseados em tecnologias de informação e comunicação que permitem a gestão dos processos da JUL de âmbito local em cada porto, incluindo a transmissão de informação para a «camada nacional»;
- b) «Camada nacional», conjunto de serviços baseados em tecnologias de informação e comunicação que permitem a gestão dos processos da JUL de âmbito nacional, incluindo a transmissão de informação de e para os nós da «camada local» e a transmissão de informação de Portugal para os organismos internacionais, onde se inclui a Agência Europeia de Segurança Marítima;
- c) «Certificado digital», o documento em suporte eletrónico com fortes mecanismos de segurança e autenticidade, produzido com um código único para permitir a sua identificação, rastreabilidade e verificação de validade, o qual é emitido, gerido e consultado de acordo com as recomendações aplicáveis da Organização Marítima Internacional e da Comissão Europeia para a digitalização dos transportes;
- d) «Dados de referência», os dados comuns a todas as entidades e utilizadores da JUL relativos a navios, carga, produtos perigosos e poluentes, códigos associados às cargas, códigos de locais, entre outros que existam e que se justifiquem como necessários ao funcionamento da JUL;
- e) «Foreland», os portos e os respetivos espaços de influência fora de Portugal, ligados por serviços de transporte marítimo, constituindo um espelho do hinterland na fronteira marítima dos portos;
- f) «Formalidades de declaração», as informações exigidas pela legislação internacional e da União Europeia, bem como pela legislação nacional, que têm de ser fornecidas para fins administrativos e operacionais necessários à movimentação dos meios de transporte e das mercadorias, bem como das pessoas;
- g) «Governança, gestão e operação», conjunto de procedimentos, formalidades e atividades que permitem definir e monitorizar a estratégia de evolução da JUL, alinhar, planear e organizar o desenvolvimento da JUL e operacionalizar e dar suporte a todas as soluções que compõem a JUL;
- h) «Hinterland», o espaço de influência em terra de um porto marítimo, do qual as cargas movimentadas têm origem ou

destino, assumindo uma importância comercial de grande relevo na carga contentorizada;

- i) «Navio», qualquer navio de mar ou veículo marinho;
- j) «Operador económico», a entidade responsável pela movimentação de mercadorias e de contentores e pela prestação de atos declarativos ou de serviços associados;
- k) «Operador de transporte no hinterland», a entidade responsável pelo transporte rodoviário, ferroviário ou fluvial entre os depósitos existentes nos portos marítimos e nos portos secos;
- l) «Referencial de interoperabilidade», parte do MRN que identifica e especifica a interoperabilidade técnica, semântica e organizativa no âmbito da JUL;
- m) «Soluções tecnológicas da JUL», conjunto de serviços baseados em tecnologias de informação e comunicação que permitem aos utilizadores da JUL a gestão dos fluxos de informação, a apresentação das formalidades de declaração e a execução dos procedimentos suportados nesta plataforma;
- n) «Transshipment», transferência de carga de um navio para outro, com ou sem passagem pelo cais;
- o) «Transmissão eletrónica de dados», o processo de transmissão de informações codificadas digitalmente, mediante a utilização de um formato estruturado passível de revisão que pode ser usado diretamente para armazenamento e tratamento por computador.

ARTIGO 5.º**PRINCÍPIOS GERAIS****DO FUNCIONAMENTO DA JUL**

1 - As informações são prestadas no âmbito da JUL pelas pessoas singulares e coletivas, públicas ou privadas, através de um único ponto de acesso nacional, de forma harmonizada e por uma única vez, sendo obrigatória a sua reutilização nos casos legalmente previstos.

2 - Os atos abrangidos pela JUL, bem como toda a tramitação, são efetuados de forma desmaterializada, sendo os pedidos reencaminhados, em razão da matéria, para as entidades competentes, que asseguram a interoperabilidade dos respetivos sistemas com a plataforma tecnológica da JUL, bem como a sua atualização permanente e imediata.

3 - Os documentos eletrónicos emitidos no âmbito da JUL possuem o mesmo valor jurídico que os documentos em suporte de papel.

4 - Sem prejuízo do acesso aos dados pessoais facultados no âmbito da JUL às entidades competentes, é assegurado o tratamento adequado desses dados exclusivamente para as finalidades

previstas no presente decreto-lei.

5 - É garantida a confidencialidade das informações comerciais e outras informações sensíveis partilhadas na JUL.

6 - As entidades públicas e privadas que intervenham na JUL devem atuar em estreita colaboração, desenvolvendo os melhores esforços no sentido da concertação de interesses, designadamente no âmbito da Comissão Nacional para a Simplificação e Digitalização do Transporte e Logística criada pelo presente decreto-lei, e no desenvolvimento de forma coordenada dos sistemas de informação da competência de cada uma das partes.

CAPÍTULO II

MODELO DE REFERÊNCIA NACIONAL E PLATAFORMA TECNOLÓGICA

ARTIGO 6.º

MODELO DE REFERÊNCIA NACIONAL

1 - O MRN identifica e descreve os procedimentos integrados na JUL e respetivas atividades, bem como os seus intervenientes, incluindo os dados e a respetiva informação utilizada e gerada na plataforma tecnológica.

2 - O MRN define ainda o referencial de interoperabilidade para a troca de dados entre as pessoas singulares e coletivas, públicas ou privadas, que utilizem a JUL, de forma fiável e segura, utilizando terminologias, taxonomias, canais de comunicação e estruturas de dados harmonizados, no sentido de facilitar a prossecução dos objetivos da JUL.

3 - O referencial de interoperabilidade previsto no número anterior define os controlos, regras e mecanismos para assegurar a proteção dos dados em conformidade com a legislação e boas práticas aplicáveis.

4 - O MRN é adotado pelas entidades referidas no n.º 2 de forma a garantir a harmonização ao nível nacional dos procedimentos, dos dados e das soluções tecnológicas que os suportam.

5 - Para efeitos aduaneiros, o MRN deve incorporar os procedimentos e dados previstos no modelo de dados da União Europeia.

ARTIGO 7.º

PLATAFORMA TECNOLÓGICA

1 - A JUL é composta pela plataforma tecnológica que suporta os procedimentos previstos no MRN e que garante a inserção e a troca de informação segura entre as entidades abrangidas pelo presente decreto-lei, a gestão comum de utilizadores e de dados de referência e a criação de uma interface harmonizada ao nível nacional, permitindo a gestão e articulação dos fluxos de informação ao longo da cadeia

de transporte e de vários formatos de ficheiros.

2 - A plataforma tecnológica disponibiliza serviços para as seguintes finalidades:

- Notificações ou declarações obrigatórias para a entrada e saída de navios nos portos nacionais;
- Emissão de autorização de entrada, livre prática, desembarço e despacho de largada por parte das autoridades, relativamente à entrada e saída de navios nos portos nacionais;
- Controlos fronteiriços referentes à circulação de pessoas;
- Formalidades e controlos aduaneiros relativos à movimentação de mercadorias e movimentos de entrada e saída nos terminais portuários;
- Notificações de mercadorias perigosas ou poluentes;
- Notificações de resíduos e poluentes;
- Formalidades nos termos da Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional da Organização Marítima Internacional, adotada pela Conferência Internacional sobre a Facilitação das Viagens e Transporte Marítimos em 9 de abril de 1965, na sua atual redação (Convenção FAL);
- Inspeção pelo Estado do porto;
- Pedidos de fornecimentos e requisição de serviços prestados ao navio;
- Planeamento e controlo de execução do transporte de mercadorias no hinterland;
- Requisitos de gestão e proteção das instalações portuárias;
- Informações sobre pessoas transportadas;
- Controlos fronteiriços e de acesso de pessoas a instalações;
- Controlos fitossanitários e veterinários das mercadorias;
- Emissão da Fatura Única Portuária;
- Cumprimento das formalidades relativas aos portos secos;
- Produção de informação para as estatísticas oficiais da atividade portuária e do transporte marítimo;
- Controlos relativos à exportação e importação de produtos da pesca e seus derivados;
- Certificação no âmbito dos resíduos e do Código Internacional para a proteção dos navios e das instalações portuárias;
- Pedidos de alteração de área de navegação e de navegação restrita;
- Outras finalidades resultantes do artigo 3.º

3 - Para efeitos do cumprimento das finalidades previstas no número anterior, são estabelecidas interconexões com os sistemas de dados das entidades competentes, de acordo com o modelo de interoperabilidade a que se refere

o n.º 2 do artigo 6.º, funcionando a JUL como ponto central para a partilha de dados.

ARTIGO 8.º

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA À ENTRADA E SAÍDA DOS PORTOS

1 - Sem prejuízo das disposições específicas relativas às notificações em matéria de transporte marítimo aplicáveis ao abrigo de legislação da União Europeia ou nacional, ou de instrumentos jurídicos internacionais vinculativos, nomeadamente disposições referentes ao controlo de pessoas e de mercadorias, os navios abrangidos pelo presente decreto-lei fornecem na JUL, antes da entrada num porto nacional, as informações previstas no anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

2 - As informações a que se refere o número anterior são fornecidas na JUL pelo comandante do navio ou outra pessoa devidamente autorizada pelo responsável pelo navio:

- Com uma antecedência mínima de 24 horas;
- O mais tardar no momento em que o navio largar do porto de partida, se a duração da viagem for inferior a 24 horas;
- Se o porto de escala não for conhecido ou for alterado durante a viagem, logo que essa informação esteja disponível.

CAPÍTULO III

GOVERNAÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO

ARTIGO 9.º

ENTIDADES COMPETENTES

1 - Para efeitos do presente decreto-lei:

- A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos é a autoridade competente nacional (ACN);
- As administrações portuárias são as autoridades competentes locais (ACL).

2 - A ACN é, para todos os efeitos, o coordenador nacional no âmbito da implementação de um ambiente de plataforma única europeia para o setor marítimo.

3 - No sentido de assegurar o cumprimento integral da legislação, bem como dos procedimentos que visem aumentar a eficácia e eficiência dos meios de transporte e das cadeias logísticas associados ao setor marítimo-portuário, a governação, gestão e operação da JUL compete:

- À ACN no que concerne às políticas e decisões de âmbito nacional e às soluções tecnológicas que compõem a Camada Nacional da JUL;
 - Às ACL no que concerne às restantes soluções tecnológicas da JUL.
- 4 - A elaboração do MRN, bem como as

propostas de atualização do mesmo e respetiva concretização nas soluções tecnológicas competem à ACN, que coordena, e às ACL.

5 - A ACN é responsável pela publicitação do MRN no respetivo sítio na Internet, onde constam todos os requisitos tecnológicos para as trocas de informação entre os operadores económicos e a JUL.

ARTIGO 10.º

COMISSÃO NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DO TRANSPORTE E LOGÍSTICA

1 - Para assegurar a harmonização, a simplificação e a promoção da digitalização de procedimentos ao nível nacional, e de forma a garantir o acompanhamento permanente da implementação da JUL, é criada a Comissão Nacional para a Simplificação e Digitalização do Transporte e Logística (Comissão Nacional).

2 - A Comissão Nacional é constituída por:

- a) Um representante da ACN, que preside;
 - b) Um representante das ACL;
 - c) Um representante da Autoridade Tributária e Aduaneira;
 - d) Um representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
 - e) Um representante da Guarda Nacional Republicana;
 - f) Um representante da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.;
 - g) Um representante da Autoridade Marítima Nacional;
 - h) Um representante da Direção-Geral da Saúde;
 - i) Um representante da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;
 - j) Um representante do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;
 - k) Um representante da Infraestruturas de Portugal, S. A.;
 - l) Um representante do governo regional da Região Autónoma dos Açores;
 - m) Um representante do governo regional da Região Autónoma da Madeira;
 - n) Um representante da Associação dos Agentes de Navegação;
 - o) Um representante da Associação dos Transitários de Portugal;
 - p) Um representante da Ordem dos Despachantes Oficiais;
 - q) Um representante do Conselho Português de Carregadores;
 - r) Um representante da Associação Portuguesa de Operadores Logísticos;
 - s) Um representante das Comunidades Portuárias.
- 3 - A Comissão Nacional pode ainda integrar, em razão das matérias envolvidas, representantes de outras

entidades públicas ou privadas.

4 - A Comissão Nacional pode estabelecer grupos de trabalho permanentes ou eventuais, sob a sua orientação, para estudo, análise ou validação de qualquer aspeto que tenha impacto ou necessidade de alteração.

5 - Para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo anterior e no que se refere às atualizações do MRN, a ACN e as ACL obtêm o parecer prévio da Comissão Nacional, a qual se deve pronunciar, num prazo de 20 dias úteis, sobre as medidas propostas e respetivos impactos, tendo em conta as competências das entidades que a compõem.

6 - A ACN e as ACL disponibilizam à Comissão Nacional toda a informação relevante para a emissão do parecer, podendo a Comissão Nacional solicitar os esclarecimentos e informações que considere necessários.

7 - Caso alguma entidade tenha no âmbito da Comissão Nacional discordado expressa e fundamentadamente das propostas apresentadas pela ACN ou pelas ACL, a ACN promove nos 15 dias úteis subsequentes a realização de uma reunião de concertação com vista a ultrapassar as objeções formuladas.

8 - Os membros da Comissão Nacional podem, no âmbito desta, apresentar propostas de atualização do MRN, relativas às respetivas competências.

9 - Os membros da Comissão Nacional não auferem qualquer remuneração pelas funções desempenhadas.

10 - As normas de funcionamento da Comissão Nacional constam de regulamento interno, a elaborar e aprovar pela própria Comissão Nacional.

11 - A ACN e as ACL disponibilizam à Comissão Nacional, anualmente, relatórios de desempenho da JUL e de conformidade com o MRN.

CAPÍTULO IV

ACESSO, UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ARTIGO 11.º

IDENTIFICAÇÃO, AUTORIZAÇÃO E ACESSOS DOS UTILIZADORES DA JUL

1 - Têm acesso à plataforma tecnológica as pessoas singulares e coletivas, públicas e privadas, às quais o presente decreto-lei se aplica.

2 - O acesso à informação e aos serviços disponibilizados na plataforma tecnológica carecem de autenticação individual do utilizador, sendo estabelecidas proteções baseadas em ficheiros de controlo de acessos e de auditoria dos utilizadores, nos termos do sistema comum de gestão de utilizadores e de acessos estabelecido pela ACN e pelas ACL.

3 - Cada entidade pública ou privada indica um utilizador-administrador, ao

qual são atribuídos os privilégios de gestão das contas de utilizadores da respetiva entidade.

4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a ACN e as ACL, tendo em consideração as respetivas áreas de competência, são responsáveis pela gestão de utilizadores, incluindo o registo de novos utilizadores e modificação de contas existentes, bem como o seu bloqueio ou extinção.

5 - O utilizador da JUL tem o direito de obter informações, sem restrições, sobre os dados inseridos na JUL que lhe digam respeito, bem como a requerer a atualização de dados e a correção de inexactidões ou omissões.

ARTIGO 12.º

DADOS DE REFERÊNCIA

Para efeitos de harmonização a nível nacional dos dados de referência, e de forma a garantir que esses dados se encontram permanentemente coerentes e atualizados com as instituições oficiais nacionais e internacionais, são adotadas as seguintes medidas:

- a) A ACN e as ACL mantêm uma base de dados comum de dados de referência, construída com base na informação disponibilizada pelas organizações internacionais e pela União Europeia, para utilização obrigatória por parte das entidades públicas e privadas abrangidas pelo presente decreto-lei;
- b) Compete a cada uma das entidades nacionais, com funções de autoridade, disponibilizar os dados de referência específicos das suas áreas de intervenção, que sejam necessários ao funcionamento da JUL.

ARTIGO 13.º

INTERFACE NACIONAL HARMONIZADA

1 - Para efeitos de inserção e transmissão de dados e partilha de informação, é estabelecida uma interface nacional harmonizada, gerida e mantida pela ACN e pelas ACL, a qual deve:

- a) Adotar as normas e recomendações da Comissão Europeia e da Organização Marítima Internacional, bem como de outras entidades competentes, relevantes para o correto e adequado funcionamento da JUL;
- b) Funcionar a nível nacional como ponto único de acesso para todas as entidades e utilizadores da JUL.

2 - A interface nacional harmonizada é disponibilizada num formato gráfico e eletrónico que permita o tratamento automático e eletrónico da informação, de acordo com o modelo de interoperabilidade previsto no MRN.

ARTIGO 14.º

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

1 - A ACN e as ACL garantem a

autenticidade da origem, a integridade do conteúdo e a legibilidade das formalidades e demais informações trocadas eletronicamente, desde o momento da sua emissão até ao final do período de arquivo, implementando controlos suscetíveis de auditoria ao fluxo de informação.

2 - Para efeitos do número anterior, considera-se garantida a autenticidade da origem e a integridade do conteúdo dos documentos emitidos por via eletrónica quando utilizado um sistema de intercâmbio eletrónico de dados, conforme previsto no referencial de interoperabilidade definido no MRN.

3 - Verificado o disposto nos números anteriores, as entidades públicas e privadas reconhecem força jurídica aos documentos tratados eletronicamente na JUL, não exigindo que a informação seja prestada por qualquer outra forma.

4 - Em tudo o que não se encontre previsto no presente artigo, é aplicável o disposto no regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital.

ARTIGO 15.º

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1 - A ACN e as ACL, em conformidade com as responsabilidades definidas no artigo 9.º, são responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais inseridos na JUL nos termos e para os efeitos previstos na legislação em vigor, cabendo-lhes assegurar o direito de informação e de acesso aos dados pelos respetivos titulares, a correção de inexatidões e de omissões e a supressão de dados indevidamente registados.

2 - São sujeitos a tratamento, para as finalidades indicadas no n.º 2 do artigo 7.º, os seguintes dados pessoais:

- a) Nome;
- b) Data de nascimento;
- c) Nacionalidade;
- d) Nacionalidade;
- e) Género;
- f) Tipo e número de identificação civil e respetiva data de validade;
- g) Número de identificação fiscal;
- h) Função ou categoria profissional;
- i) Morada;
- j) Correio eletrónico;
- k) Contacto de telefone móvel;
- l) Assinatura autografa e assinatura digital qualificada.

3 - São objeto de tratamento os dados relativos à saúde de tripulantes e passageiros recolhidos para efeitos de apresentação das formalidades às autoridades.

4 - São ainda objeto de tratamento as seguintes categorias especiais de dados:

- a) Fotografia e vídeo;
- b) Dados biométricos.

5 - Estão sujeitos à recolha dos dados referidos no número anterior os titulares de dados abrangidos pelo controlo de acesso a instalações portuárias.

6 - É permitido o tratamento dos dados pessoais constantes da JUL:

- a) Pelo utilizador indicado por cada entidade pública ou privada, para efeitos de manutenção das contas de acesso da sua entidade, limitado aos dados identificados no n.º 3;
- b) Pelos organismos e serviços do Estado e demais pessoas coletivas de direito público, utilizadores da JUL, para prossecução das respetivas competências;
- c) Por quaisquer outras entidades cujo interesse seja fundamentado, mediante consentimento escrito dos titulares dos dados.

ARTIGO 16.º

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1 - A ACN e as ACL, em conformidade com as responsabilidades definidas no artigo 9.º, tomam as medidas necessárias para garantir a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais, das informações comerciais e de outras informações sensíveis partilhadas nos termos do presente decreto-lei.

2 - Para os efeitos previstos no número anterior, a fim de impedir o acesso de qualquer pessoa não autorizada, bem como impedir que os dados possam ser lidos, copiados ou retirados, são objeto de controlo, nomeadamente:

- a) A entrada nas instalações utilizadas para tratamento de dados;
 - b) Os suportes de dados e respetivo transporte;
 - c) A transmissão de dados;
 - d) Os sistemas de tratamento automatizado de dados;
 - e) O acesso aos dados, para que só as pessoas autorizadas possam ter acesso aos dados necessários ao exercício das suas funções;
- 3 - A ACN e as ACL adotam as medidas técnicas e procedimentais que permitam restabelecer a disponibilidade e o acesso à informação de forma atempada, em caso de incidente físico ou técnico.
- 4 - A ACN e as ACL adotam ainda procedimentos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas referidas nos números anteriores.

5 - Aos dados pessoais tratados na JUL aplica-se a legislação nacional e da União Europeia em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, devendo a ACN e as ACL designar encarregados de proteção de dados que assegurem o exercício dos direitos dos titulares dos dados e avaliam as medidas de segurança aplicadas na JUL, aplicando

todos os princípios associados à proteção da privacidade.

ARTIGO 17.º

SÍGILIO PROFISSIONAL

Os utilizadores da JUL que, no exercício das suas funções ou no decurso da sua atividade, tomem conhecimento de dados ou informações tratadas nesta plataforma, qualquer que seja a natureza dos mesmos, ficam vinculados ao dever de sigilo profissional, inclusive após o termo das respetivas funções.

ARTIGO 18.º

PROPRIEDADE INTELECTUAL

1 - A titularidade dos direitos de autor, bem como de outros direitos de propriedade intelectual relativos ao código-fonte das soluções tecnológicas que compõem a JUL, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as posteriores adaptações que se venham a revelar necessárias, encontra-se atribuída da seguinte forma:

- a) À ACN no que se refere às soluções tecnológicas que compõem a camada nacional da JUL, bem como a respetiva documentação de especificação neste âmbito;
 - b) Às ACL, no que se refere às restantes soluções tecnológicas que compõem a JUL na camada local e a respetiva documentação de especificação.
- 2 - A propriedade da JUL e o título relativo a quaisquer direitos de propriedade intelectual e industrial, incluindo a patente, a marca registada, a marca de serviços, o copyright, bem como quaisquer outros direitos relativos à informação proprietária pertencem à ACN e às ACL, em conformidade com o definido no número anterior.

ARTIGO 19.º

ARQUIVO E PERÍODO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS

1 - Os dados tratados na JUL são conservados durante um período mínimo de 10 anos subsequentes à data em que foram recolhidos ou em que terminar a execução de sanções aplicadas em processos contraordenacionais ou judiciais e desde que a sua eliminação não ponha em risco a consistência de outros dados.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os dados pessoais, os quais são conservados durante cinco anos após a data do cancelamento da inscrição da JUL, no caso dos dados dos utilizadores, ou da data da recolha dos dados, nos restantes casos, e em ficheiro histórico durante 10 anos contados da data da respetiva eliminação na base de dados.

CAPÍTULO V

REGIME CONTRAORDENACIONAL

ARTIGO 20.º

FISCALIZAÇÃO, INSTRUÇÃO E DECISÃO

1 - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras autoridades, a fiscalização do cumprimento do disposto no presente decreto-lei compete à ACN.

2 - Quando qualquer autoridade, no exercício das suas funções de fiscalização, verificar ou comprovar pessoal e diretamente, ainda que por forma não imediata, a prática de um ato que possa constituir contraordenação por violação do disposto no presente decreto-lei, levanta ou manda levantar o correspondente auto de notícia.

3 - Quando o auto de notícia for levantado por entidade diversa da ACN, o mesmo é-lhe remetido no prazo de 10 dias.

4 - A instrução dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas competem à ACN.

ARTIGO 21.º

CONTRAORDENAÇÕES

1 - Sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, constitui contraordenação punida com coima de (euro) 2200 a (euro) 3700, no caso de pessoa singular, e de (euro) 5000 a (euro) 44 000, no caso de pessoa coletiva, o incumprimento dos seguintes deveres:

a) O incumprimento das formalidades de declaração previstas no anexo I ao presente decreto-lei, desde que a sua punição não se encontre expressamente prevista em legislação própria;

b) A violação do dever de sigilo profissional;

c) O acesso à JUL através de conta de utilizador que não seja a do próprio;

d) A violação dos direitos de propriedade intelectual previstos no artigo 18.º

2 - A negligência é punível, sendo os limites mínimos e máximos das coimas reduzidos a metade.

3 - A tentativa é punível com a coima aplicável à contraordenação consumada, especialmente atenuada.

4 - Às contraordenações previstas no presente decreto-lei é subsidiariamente aplicável o regime do ilícito de mera ordenação social, constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual.

ARTIGO 22.º

DESTINO DO PRODUTO DAS COIMAS

O produto da aplicação das coimas reverte a favor das seguintes entidades:

a) 50 % para os cofres do Estado;

b) 25 % para a ACN;

c) 15 % para a entidade que levantar o auto de notícia;

d) 10 % para o Fundo Azul criado pelo Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março.

CAPÍTULO VI

REGIME FINANCEIRO E DISPOSIÇÕES FINAIS

SECÇÃO I

REGIME FINANCEIRO

ARTIGO 23.º

ORÇAMENTO DA JUL

1 - São da responsabilidade da ACN e das ACL os custos relativos à governação, gestão e operação da JUL, repartidos da seguinte forma:

a) A evolução e a manutenção do MRN é suportado pela ACN e pelas ACL, de forma equitativa;

b) As soluções tecnológicas que compõem a camada nacional da JUL são suportadas pela ACN;

c) As restantes soluções tecnológicas que compõem a JUL são suportadas pelas ACL.

2 - Os custos de adaptação dos sistemas das restantes entidades envolvidas na JUL, nomeadamente os decorrentes da integração dos referidos sistemas com a JUL, são da responsabilidade dessas entidades.

ARTIGO 24.º

TAXAS DE UTILIZAÇÃO

1 - Os serviços disponibilizados na JUL, de utilização obrigatória e relativos ao cumprimento das formalidades de declaração perante as autoridades competentes, não estão sujeitos a qualquer taxa de utilização.

2 - As ACL podem, no âmbito das suas responsabilidades e competências, aplicar taxas de utilização por outros serviços que não estejam diretamente relacionados com o referido no número anterior.

SECÇÃO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 25.º

ISENÇÕES

1 - A ACN assegura que os navios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho, na sua redação atual, que operam entre portos situados no território aduaneiro da União Europeia, sem que provenham, tenham feito escala ou se dirijam a um porto situado fora desse território ou a uma zona franca sujeita às modalidades de controlo de tipo I, na aceção da legislação aduaneira, ficam isentos do dever de transmitir as informações constantes dos formulários normalizados previstos na Convenção FAL (Formulários FAL).

2 - A isenção prevista no número anterior deve ser observada sem prejuízo da legislação da União Europeia aplicável e da possibilidade de serem exigidas as informações constantes dos formulários FAL referidos nos pontos 1 a 6 da parte B do anexo à Convenção FAL, necessárias para proteger a ordem

e a segurança internas e para dar cumprimento à legislação em matéria de alfândegas, de fiscalidade e de controlo.

ARTIGO 26.º

NOTIFICAÇÕES PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 180/2004, DE 27 DE JULHO

As notificações e a informação a que se refere o Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho, na sua redação atual, passam a ser obrigatoriamente efetuadas na JUL.

ARTIGO 27.º

PERÍODO DE ADAPTAÇÃO

As entidades abrangidas pelo presente decreto-lei devem, no prazo máximo de 18 meses após a sua entrada em vigor, adaptar os seus sistemas eletrónicos para suportar os fluxos de informação previstos no presente decreto-lei e interligá-los com a JUL de acordo com o referencial de interoperabilidade publicado.

ARTIGO 28.º

DISPOSIÇÃO REVOGATÓRIA

É revogado o Decreto-Lei n.º 218/2012, de 9 de outubro.

ARTIGO 29.º

REFERÊNCIAS LEGAIS À JANELA ÚNICA PORTUÁRIA E À BASE DE DADOS NACIONAL DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

As referências existentes na legislação em vigor à Janela Única Portuária e à Base de Dados Nacional de Navegação Marítima têm-se por efetuadas, para todos os efeitos legais, à JUL.

ARTIGO 30.º

REGIÕES AUTÓNOMAS

O disposto no presente decreto-lei é aplicável às Regiões Autónomas, sem prejuízo da sua adequação às especificidades regionais.

ARTIGO 31.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de setembro de 2019. - António Luís Santos da Costa - José Luís Pereira Carneiro - António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes - Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita - Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões - Pedro Nuno de Oliveira Santos - Luís Manuel Capoulas Santos - Ana Paula Mendes Vitorino. Promulgado em 10 de outubro de 2019. Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendado em 15 de outubro de 2019.

O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.

ANEXO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º)

Atos e declarações de reporte unificadas e obrigatórias na JUL

A) Formalidades de declaração resultantes de atos jurídicos da União Europeia:

Esta categoria de formalidades de declaração inclui as informações que devem ser prestadas por força das seguintes disposições:

1) Notificação para os navios à chegada e ou à partida de portos dos Estados-Membros:

Artigo 4.º da Diretiva 2002/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho, na sua redação atual.

2) Controlos fronteiriços de pessoas: Artigo 8.º do Regulamento (CE) 2016/399, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março, que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen), na sua redação atual.

3) Notificação de mercadorias perigosas ou poluentes transportadas a bordo (incluindo a notificação de bancas): Artigo 13.º da Diretiva 2002/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho, na sua redação atual.

4) Notificação de resíduos: Artigo 6.º da Diretiva 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro, relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos da carga, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, na sua redação atual.

5) Notificação de informações em matéria de proteção: Artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, relativo ao reforço da proteção dos navios e das instalações portuárias. Enquanto não for aprovado um formulário harmonizado a nível internacional, deve ser utilizado o formulário que consta do apêndice ao presente anexo para a transmissão das informações exigidas pelo artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março.

6) Informação sobre pessoas a bordo: Artigos 4.º, n.º 2, e 5.º, n.º 2, da Diretiva

98/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, relativa ao registo de pessoas a bordo e que naveguem de ou para portos da União.

7) Formalidades aduaneiras:

a) Formalidades à chegada:

- Notificação de chegada [artigo 133.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013, que estabelece o Código Aduaneiro da União];

- Apresentação das mercadorias à alfândega [artigo 139.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

- Declaração de depósito temporário das mercadorias [artigo 145.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

- Estatuto aduaneiro das mercadorias [artigos 153.º a 155.º do Regulamento (UE) 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

- Documentos de transporte eletrónicos utilizados em trânsito [artigo 233.º, n.º 4, alínea e), do Regulamento (UE) 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

b) Formalidades à partida:

- Estatuto aduaneiro das mercadorias [artigos 153.º a 155.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

- Documentos de transporte eletrónicos utilizados em trânsito [artigo 233.º, n.º 4, alínea e), do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

- Notificação de saída [artigo 267.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

- Declaração sumária de saída [artigos 271.º e 272.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013];

- Notificação de reexportação [artigos 274.º e 275.º do Regulamento (UE) n.º 952/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013].

8) Carga e descarga segura de navios graneleiros:

Artigo 7.º da Diretiva 2001/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de dezembro, relativa ao estabelecimento de requisitos e procedimentos harmonizados para a descarga e carga segura de navios graneleiros.

9) Controlo do Estado do Porto («Port State Control»):

Artigos 9.º e 24.º, n.º 2, da Diretiva 2009/16/CE, do Parlamento Europeu e

do Conselho, de 23 de abril, relativa ao Controlo do Estado do Porto.

10) Estatísticas do transporte marítimo: Artigo 3.º da Diretiva 2009/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio, relativa ao reporte estatístico do transporte de pessoas e bens por via marítima.

11) Notificação de informações em matéria de emissões:

Artigo 25.º do Regulamento (UE) 2015/757, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2015, relativo à monitorização, comunicação e verificação das emissões de dióxido de carbono provenientes do transporte marítimo e que altera a Diretiva 2009/16/CE.

B) Formulários FAL e formalidades resultantes de instrumentos jurídicos internacionais:

Esta categoria de formalidades de declaração inclui as informações que devem ser prestadas nos termos da Convenção FAL e de outros instrumentos jurídicos internacionais aplicáveis:

1) Formulário FAL n.º 1: Declaração geral;

2) Formulário FAL n.º 2: Declaração de carga;

3) Formulário FAL n.º 3: Declaração de provisões de bordo;

4) Formulário FAL n.º 4: Declaração dos bens da tripulação;

5) Formulário FAL n.º 5: Rol da tripulação;

6) Formulário FAL n.º 6: Lista de passageiros;

7) Formulário FAL n.º 7: Mercadorias perigosas;

8) Declaração Marítima de Saúde.

C) Obrigações de declaração decorrentes da legislação e dos requisitos nacionais.

APÊNDICE

Formulário para a transmissão de informações em matéria de proteção para todos os navios antes da entrada num porto de um Estado-Membro da União Europeia

[Regra 9 do Capítulo XI-2 da Convenção Internacional para a Proteção da Vida Humana no Mar de 1974 (Convenção SOLAS) e n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004]

ATIVIDADE INTERNACIONAL

CONFIAD PAN EUROPEAN NETWORK

Desde 1962, quando a CONFIAD foi constituída (tendo a então Câmara dos Despachantes Oficiais sido uma das fundadoras), que a Ordem dos Despachantes participa em todas as realizações da Organização. A CONFIAD agrupa os Despachantes Oficiais de vários países, tendo como objetivo único a discussão com a TAXUD e com diferentes Direções Gerais, no âmbito do Trade Contact Group da Comissão Europeia, das questões que especificamente respeitam aos Despachantes Oficiais, quer nas suas especiais qualificações e seu reconhecimento, quer no exercício da sua atividade, nestas se incluindo a solicitação de esclarecimentos do Regulamento Aduaneiro Comunitário que teima em não se concluir e isto quer por ação quer por omissão.

A CONFIAD reuniu em março, julho e setembro, estando presente na reunião do TCG realizada em 28 de outubro e trocando entre os seus Membros frequentes comunicações.

No essencial, discutiu-se a estratégia da representação, a “ausência” de conhecimento pela Comissão da aplicabilidade do CEN, a questão do AEO, a aplicabilidade das garantias e as dificuldades de comunicação e tudo mais respeitante à nossa atividade.

Por esse motivo, a CONFIAD constituiu um “lobby” em Bruxelas, o que obriga à sua consulta em todos os temas que respeitam à sua atividade. A ODO procura comparecer a todas as reuniões.

CLECAT EUROPEAN ASSOCIATION FOR FORWARDING, TRANSPORT, LOGISTICS AND CUSTOM SERVICES

Agregando todas as atividades ligadas à logística, a CLECAT, como “lobbyist”, abarca todas as atividades que se desenvolvem no seu âmbito, tratando-as em Institutos específicos. Nas reuniões em que a CLECAT participa, discutem-se todas as matérias a cargo de várias Direções Gerais.

A CLECAT é o principal elo de ligação da ODO com a Comissão, seja qual for a Direção Geral em causa, não só pelas reuniões que promove, como pela informação que presta.

A Ordem dos Despachantes Oficiais participa nas reuniões do Instituto Aduaneiro, o que mais interessa, na Assembleia Geral da CLECAT.

ASSOCIADOS

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA
 ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA
 ADELINO INFANTE GOUVEIA
 ADÉRITO NUNES MONTEIRO
 ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE
 ADRIANO GOMES PINHAL
 AFONSO PINTO DE OLIVEIRA
 ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL
 ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES
 ALBERTO AUGUSTO DA COSTA
 ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO
 ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS
 ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO
 ALFREDO BARBOSA DA FONSECA
 ALFREDO DOS SANTOS MELLA
 ALFREDO SOARES FERREIRA
 ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE
 ÁLVARO FERNANDES CASTELA
 ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS
 ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS
 AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO
 AMÉLIA MARIA DOS SANTOS LADEIRAS BELEZA DE VASCONCELOS
 ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO
 ANDRÉ FILIPE SALVADOR DE SOUSA
 ANÍBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA
 ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO
 ANTÓNIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA
 ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO
 ANTÓNIO BRAGA BARROS
 ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL
 ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL
 ANTÓNIO COELHO BARBOSA
 ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA
 ANTÓNIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA
 ANTÓNIO FERNANDES
 ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU
 ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO
 ANTÓNIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO
 ANTÓNIO JOÃO FLORINDO CADETE
 ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO
 ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES
 ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA
 ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES

ANTÓNIO JOSÉ BARBOSA MAGALHÃES
 ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA
 ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO
 ANTÓNIO JOSÉ GOMES DA SILVA DUARTE
 ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO
 ANTÓNIO JOSÉ SIMÕES DE ALMEIDA
 ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS
 ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS
 ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES
 ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO
 ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS
 ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA
 ANTÓNIO MENDES DUARTE
 ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO
 ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO
 ANTÓNIO MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES FERNANDES
 ANTONIO MORGADO MACEDO
 ANTÓNIO NEVES PINTO
 ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE
 ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES
 ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS
 ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA
 ANTÓNIO DA SILVA PRATES
 ANTÓNIO SIMÕES GODINHO
 ANTÓNIO SIMÕES DA SILVEIRA
 ANTÓNIO DA VEIGA FREIRE
 ARLINDO ANTÓNIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 ARLINDO NUNES CASTELÃO
 ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA
 ARMÉNIO OLIVEIRA MARTINS DAS NEVES
 ARMÉNIO SIMÕES DA SILVEIRA
 ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA
 ARMINDO CORREIA LEITE
 ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA
 ARTUR MARQUES RODRIGUES
 ATÍLIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA
 AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA
 AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO
 AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA
 BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA
 BELARMINO FERNANDES JOAQUIM
 BENJAMIM VALENTE
 BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS
 BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH

BERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA
 CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA
 CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA
 CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS
 CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO
 CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS
 CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA
 CARLOS ALBERTO MIRANDA MONTEIRO
 CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES
 CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS
 CARLOS ANTÔNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO
 CARLOS CIPRIANO DA COSTA
 CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA
 CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES
 CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA
 CARLOS MANUEL DAMAS PELADO
 CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS
 CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS
 CARLOS MANUEL ROSA CARDOSO DIAS
 CARLOS PEREIRA DA SILVA
 CELESTINO PEDRO RAMOS
 CESÁRIO GUILHERME FERREIRA
 CLÁUDIA SOFIA OLIVEIRA MARQUES
 CLÁUDIA SOFIA SILVA NÓIA
 DANIEL COSTA RODRIGUES
 DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO
 DANIEL DA SILVA BASTOS
 DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO
 DELFIM LEITE DA COSTA OLIVEIRA
 DELFIM MANUEL DA COSTA OLIVEIRA
 DIOGO ALBERTO CASAIS FERNANDES MAGALHÃES
 DOMINGOS ANTÔNIO NEVES PINTO
 DUARTE VELADA ROSADO
 EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS
 EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO
 EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
 EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
 EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA
 EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO
 EDUARDO DA SILVA RANGEL
 ELEUTÉRIO DA CRUZ SERRANO
 EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA
 EMÍLIO MANUEL DA SILVA CORRÊA
 FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA

FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES
 FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
 FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES
 FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA
 FERNANDO ANTÔNIO AMARO DOS SANTOS
 FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES
 FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO
 FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 FERNANDO DIAS MOREIRA
 FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA
 FERNANDO DA ENCARNÇÃO CARRILHO
 FERNANDO EUGÉNIO DE ABREU
 FERNANDO GONÇALVES DIAS
 FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO
 FERNANDO LOPES ROSA
 FERNANDO MANUEL DO CARMO
 FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA
 FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA
 FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO
 FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS CLAUDINO
 FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES
 FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
 FERNANDO DO REGO DE AMORIM
 FERNANDO SÉRGIO SILVA REIS CARMO
 FERNANDO VENTURA LAGE
 FILIPA ALEXANDRA CHAVES DIAS
 FRANCISCO ANTÔNIO VAZ RATO VIDINHA
 FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
 FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS
 GABRIEL CÉSAR DAS NEVES COELHO
 GRAÇA MARIA NASCIMENTO VILHENA
 GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO
 GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA
 HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO
 HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
 HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA
 HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA
 HENRIQUE JOSÉ DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO
 HERCULANO JOSÉ POMBINHO
 HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO
 HERNÂNI JOSÉ SANTANA DA CONCEIÇÃO
 HILÁRIO RODRIGUES PACHECO

ASSOCIADOS

HUMBERTO FERNANDO VALADAS PIRES MORÃO
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
ÍLIA DE FIGUEIREDO GOMES
IVO CANDEIAS ANICETO
IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA BRANCO VASCO
JAIME ANTÔNIO CAMACHO FERREIRA DE CARVALHO
JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA
JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES
JOÃO ANTÔNIO GOMES MORGADO MACEDO
JOÃO ANTÔNIO DA SILVA ALMEIDA
JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
JOÃO BALTAZAR SILVA CARMONA
JOÃO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
JOÃO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES
JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES
JOÃO DIOGO BORGES FERNANDES LOPES
JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA
JOÃO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES
JOÃO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGÃO
JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA
JOÃO JORGE SILVA DE LA FERIA
JOÃO JOSÉ FERREIRA DE MOURA BOTAS
JOÃO JOSÉ LORDELO TEIXEIRA
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
JOÃO LÚCIO DA COSTA LOPES
JOÃO LUÍS FERNANDES FERREIRA
JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES
JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU
JOÃO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER
JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO
JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES
JOÃO MANUEL PIRES
JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO
JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA
JOÃO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS
JOÃO PEDRO LOBO DA SILVA
JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA
JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO
JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA
JOAQUIM ANTÔNIO NUNES REBORDÃO
JOAQUIM JOSÉ PARREIRA FRAGOSO
JOAQUIM JOSÉ PEREIRA GUIMARÃES DA COSTA

JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ
JOAQUIM MARQUES
JOAQUIM MIGUEL ALMEIDA COSTA
JOEL PENEDO MARQUES DUARTE
JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
JORGE BARNABÉ ALEMÃO REBELO
JORGE LEAL REBELO VIEIRA
JORGE MANUEL DE ARAÚJO TEIXEIRA
JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA
JORGE MANUEL SARAIVA BRANDÃO
JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO
JORGE MARTINS DIONÍSIO
JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO
JORGE DOS SANTOS FERREIRA
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE
JOSÉ ALFREDO SILVA AGULHEIRO
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA QUINTAS
JOSÉ ANTÔNIO SOARES ARRUDA
JOSÉ AUGUSTO CABO VERDE MENDES
JOSÉ AUGUSTO LOURO ESPERANÇA
JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PATO
JOSÉ BARROS DA ROCHA
JOSÉ CARLOS CARRILHO PINTO
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA LEITÃO
JOSÉ CARLOS PÁSSARO PINTO CRAVO
JOSÉ CARLOS DA SILVA FILIPE
JOSÉ EDUARDO LEAL MOITA
JOSÉ FERNANDO FERREIRA MARTINS
JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES
JOSÉ FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA
JOSÉ DA FONTE E CASTRO
JOSÉ GATO DOS SANTOS
JOSÉ HENRIQUES DOS SANTOS
JOSÉ INÁCIO DA COSTA LOPES JÚNIOR
JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA
JOSÉ JOÃO BRÁS MATIAS
JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE
JOSÉ JUSTINO VEIGA DA SILVA
JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA
JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS
JOSÉ LUÍS OLIVEIRA QUELHAS
JOSÉ MACHADO DA SILVA
JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA MARQUES

JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA
 JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO
 JOSÉ MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO
 JOSÉ MANUEL DA LUZ MARANHAS
 JOSÉ MANUEL MENDES DE CARVALHO
 JOSÉ MANUEL PEIXOTO PAIS
 JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO
 JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO
 JOSÉ MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS
 JOSÉ MARIA GODINHO ESPÍRITO SANTO
 JOSÉ MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO
 JOSÉ MIGUEL DA SILVA COSTA
 JOSÉ RAMOS MARTINS
 JOSÉ RIBEIRO ALVES
 JOSÉ DA ROCHA MONTEIRO
 JOSÉ SANTOS FERREIRA
 JOSÉ DA SILVA DEVEZAS
 JOSÉ DA SILVA NUNES
 JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA
 JÚLIO ANTÓNIO ASCENÇÃO CACHAPA
 LOURENÇO MANUEL VIEIRA DIAS
 LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS
 LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA
 LUÍS ANTÓNIO DA SILVA PINTO COELHO
 LUÍS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA
 LUÍS AUGUSTO DUARTE
 LUÍS DE DEUS
 LUÍS DUARTE DOS SANTOS RAFAEL NUNES
 LUÍS FERNANDO DA VEIGA PIRES
 LUÍS FÍLIPE ROCHA RODRIGUES
 LUÍS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES
 LUÍS JORGE XAVIER RIJO
 LUÍS MANUEL JESUS DA COSTA
 LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS
 LUÍS MATEUS CANHOTO ANDRADE
 LUÍS ORNELAS GLÓRIA
 LUÍS PEDRO DOS SANTOS LADEIRAS
 LUÍS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA
 MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL
 MANUEL ALVES SIMÕES
 MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS
 MANUEL ANTUNES DO AMARAL
 MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO
 MANUEL FELISBERTO DA ENCARNACÃO

MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
 MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 MANUEL FERNANDO LOPES
 MANUEL FERNANDO PEREIRA
 MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO
 MANUEL JOÃO REISINHO BELEZA DE ANDRADE
 MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA
 MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA
 MANUEL LIMA MONTEIRO
 MANUEL LUÍS DA SILVA CUNHA E COSTA
 MANUEL MARQUES DE SOUSA
 MANUEL MOREIRA PINTO
 MANUEL OLÍMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS
 MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES
 MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
 MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA
 MARIA ALEXANDRA DOS SANTOS TROVISCO AIRES VARGAS
 MARIA JÚLIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO
 MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA CARACOL
 MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
 MÁRIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA
 MÁRIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA
 MÁRIO FERNANDO DA SILVA SIMÕES
 MÁRIO NUNES MENDES
 MÁRIO DE SOUSA GONÇALVES
 MÁRIO VILHENA DE CARVALHO BEIRÃO VIEIRA
 MIGUEL JOSÉ DE AMORIM MACHADO
 NORBERTO DIAS DOS SANTOS
 NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
 NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES
 NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
 NUNO MIGUEL RAMOS PEIXOTO
 ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
 ORLANDO ESPÍRITO SANTO ALVARES
 ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
 ÓSCAR CARNEIRO JALES
 PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA LOPES SANTOS
 VICENTE
 PAULO JORGE DUARTE CORREIA
 PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
 PAULO JORGE MENDES PIRES
 PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
 PEDRO ANTÓNIO MONTEIRO DA FONSECA
 PEDRO GIL FERREIRA LIMA

ASSOCIADOS

PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
 PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAR AMARAL
 RAQUEL SOFIA DE JESUS MONTEIRO CARVALHO DA SILVA
 RAÚL MANUEL RAPOSO DE ALMEIDA
 REINALDO LUCAS DE CARVALHO
 RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS PEIXOTO GUIMARÃES
 RICARDO JOSÉ NEVES DA SILVA
 RITA SOFIA DOS SANTOS FREITAS
 RUI ACÁCIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 RUI ALBERTO VENTURA MANGERICÃO
 RUI HÉLDER DA COSTA SANTOS
 RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
 RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
 RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
 RUI MENDES FERREIRA
 RUI MIGUEL NUNES LOPES
 RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
 RUI PEDRO SIMÕES DE CARVALHO
 RUI SOARES FERNANDES
 SALVADOR MARTINS FERREIRA
 SANDRA ISABEL FERREIRA LOPES
 SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE QUEIRÓS
 SÉRGIO ALEXANDRE FERNANDES BORGES
 SÉRGIO LUÍS BIANCHI TEDIM BELCHIOR GOUVEIA
 SÓNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEREIRO LATAS
 TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
 TERESA DIAS VIDINHA
 VALDEMAR LUÍS DA COSTA
 VALTER ANDRÉ PINHAL DA CUNHA
 VASCO DE ALMEIDA
 VÍTOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
 VÍTOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
 VÍTOR MANUEL DA SILVA FERREIRA
 ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
 ZÉLIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

NOVOS DESPACHANTES

JOÃO ANTÓNIO GOMES MORGADO MACEDO

SUSPENSÃO VOLUNTÁRIA DE ATIVIDADE

ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA
 PEDRO AUGUSTO ANTUNES SILVA

DESPACHANTES FALECIDOS

CARLOS LUÍS PEREIRA
 N. 08.02.1931
 F. 14.05.2019

ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS
 N. 28.09.1926
 F. 18.04.2019

JOÃO LUÍS DA SILVA LEMOS VALENTIM
 N. 10.06.1938
 F. 20.04.2018

MANUEL RAÚL GOUVEIA TEIXEIRA
 N. 08.09.1941
 F. 16.07.2019

ANTÓNIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA
 N. 30.03.1945
 F. 12.07.2019

VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
 N. 03.02.1946
 F. 26.08.2019

252 - MANUEL FERNANDES TAVARES
 N. 10.12.1933
 F. 01.07.2019

359 - DOMINGOS MONTEIRO XAVIER
 N. 18.05.1936
 F. 2018

503 - JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA
 N. 10.04.1945
 F. 04.06.2019

016 - CARLOS ROBERTO DE VILHENA DE OLIVEIRA DE
 ANDRADE BOTELHO
 N. 26.08.1932
 F. 23.11.2019

392 - JOSÉ ALBERTO CAMPOS COSTA
 N. 16.06.1930
 F. 26.07.2019

REFLETINDO

FERNANDA ARAÚJO
BASTONÁRIA ODO



Caro(a) Colega

Todos sabemos que o contexto profissional que vivemos não é idílico, se é que alguma vez o foi ou pudesse ser! Nestas coisas de medir os bons e os maus momentos, a Confiança é algo de fundamental. Sem Confiança não há simplificação, não há crédito, não há crença no futuro.

A Confiança é definida como a coragem proveniente da convicção no próprio valor. É algo endógeno, que o próprio sente em si mesmo porque terá motivos para tal. Por outro lado, a Confiança é também a fé que se deposita em alguém; é algo exógeno, vindo de um cliente, de um parceiro, de uma qualquer entidade que conosco partilha uma vida, um negócio, um despacho.

Assim, a Confiança é ao mesmo tempo um atributo interno e externo, algo que alguém aspira a sentir na sua esfera, parte projetado, parte percebido. Mas a Confiança não é uma ilha, nem um ser autossuficiente. Convive, alimenta-se e sofre com uma imensidão de outras Confianças. Dos clientes, dos fornecedores, das instituições, dos parceiros, dos concorrentes, dos contextos sociais, políticos e económicos, e de tudo o mais que se possa querer imaginar.

Quando temos mais Confiança, temos mais coragem em nós, sentimos que têm mais coragem em nós, e a Confiança é contagiante. Mas também acontece o reverso.

Curiosamente, o caso dos Despachantes Oficiais é algo paradoxal.

Não há dúvida que têm Confiança em si mesmos, porque têm o saber-saber e o saber-fazer do negócio aduaneiro, conhecem as leis, conhecem as práticas, conhecem os “meandros”, conhecem as pessoas. E também não me parece que haja dúvidas que clientes e fornecedores também sentem Confiança nos Despachantes Oficiais, pois continuam a escolher o Despachante Oficial como o seu parceiro privilegiado em matérias de comércio internacional.

Mas, e os outros “stakeholders”, como agora se diz? Sentirão Confiança nos Despachantes Oficiais? Bom, é aí que o paradoxo entra. Em alguns casos, parece quase uma relação de amor ódio, cheia de “mixed feelings”. Alguns destes “stakeholders” gostam da Confiança que os Despachantes Oficiais lhes proporcionam, e da colaboração que sempre demonstram na resolução dos problemas. Por outro lado, não demonstram publicamente essa Confiança. Alguns porque simplesmente não a sentem. Certamente que os haverá. Outros, porque é contra-corrente, ou por receio de destoar, ou por comodismo, ou por tomarem por garantido algo que não é garantido.

Mas, às vezes, por conveniência, esquecimento ou merecimento, assumem-nos como parceiros de Confiança. Veja-se o Decreto-Lei n.º 158/2019 de 22/10, e vejam-se as instituições em que o poder político depositou Confiança para participar no Projeto.

“Spoiler alert”: os Despachantes Oficiais estão lá. Obrigado pela Confiança!

A Bastonária

Fernanda Araújo

A FECHAR

A G R A D E C I M E N T O S

A todos quantos colaboraram e tornaram possível este Boletim, recolhendo informação, redigindo textos e promovendo anúncios, os nossos sinceros agradecimentos.

F I C H A T É C N I C A



**ORDEM DOS
DESPACHANTES
OFICIAIS**

Propriedade e Edição:

ODO - Ordem dos Despachantes Oficiais
Avenida D. João II, 35 - 5.º
Edifício Infante - Parque das Nações
1990-083 Lisboa
t | +351 213 931 320
f | +351 213 931 329
www.odo.pt

Diretor

Fernanda Araújo

Coordenação

RISCOS - Sociedade Editora, Unipessoal, Lda.
Apartado 30
4585-592 Recarei
t | +351 224 339 160
riscos.editora@mail.telepac.pt

Depósito Legal: 237 225/06

Tiragem: 1000 exemplares



AO SEU LADO EM TODO O LADO

www.cosec.pt



DAMOS GARANTIA AO SEU NEGÓCIO

MELHORES CERTEZAS PARA O SEU PROJETO

A sua empresa necessita de apresentar garantia de bom cumprimento de obrigações legais, contratuais ou financeiras?

Tem atividade de importação e exportação?

Conheça as soluções de **SEGURO CAUÇÃO** que temos disponíveis para si.

VANTAGENS

Rapidez na decisão de plafonds e propostas de seguros.

Maior capacidade financeira dos Clientes pela diversificação das entidades garantes e pela libertação de plafonds nos bancos.

Aceitação generalizada em resultado da nossa solidez financeira e credibilidade no mercado.





IFCBA

International Federation of Customs Brokers Associations

